

PARA ALÉM DO “S” QUE OS UNEM: UMA ANÁLISE HISTÓRICA COMPARADA DO SURFE E DO SKATE

AN HISTORICAL COMPARATIVE ANALYSIS OF SURFING AND SKATEBOARDING

Monique de Souza Sant'Anna Fogliatto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
moniquefogliatto@gmail.com

José Carlos Marques
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
jose.marques@unesp.br

Resumo: Nascidas como atividades relacionadas ao tempo livre, as práticas de surfe e skate trilharam um caminho bastante exitoso rumo à esportivização e, conseqüentemente, à transformação de ambas em modalidades olímpicas estreantes em Tóquio 2020. Para muito além de compartilharem o mesmo local de origem, as pranchas do mar e do asfalto têm seus históricos entrelaçados, sobretudo no que tange ao tratamento de questões relacionadas à juventude, construção da identidade, a construção de estereótipos negativos sobre a prática e seus praticantes e, sobretudo, em questões relacionadas à ocupação “imprevistas” (JACOBS, 2014) dos espaços partilhados. Sob um viés comparativo, e com base em revisão bibliográfica, procuraremos (re)trilhar os caminhos percorridos pelas pranchas do mar e do asfalto neste processo de transformação de ambas de “atividades em tempo de não-trabalho”, alvo de estigmas e marginalizações, até a conversão em modalidades olímpicas, visando não perder a identidade própria que as caracterizam.

Palavras-chave: Surfe; Skate; Juventude; Ocupação do espaço partilhado; Estigmas

Abstract: Born as activities related to free time, surf and skateboarding practices have followed a very successful path towards the sportivization and, consequently, the transformation of both into Olympic debutant modalities in Tokyo 2020. Far beyond sharing the same place of origin, the boards of the sea and of the asphalt have their histories intertwined, especially in terms of dealing with issues related to youth, identity construction, the construction of negative stereotypes about the practice and its practitioners and, above all, in issues related to the “unforeseen” occupation (JACOBS, 2014) of shared spaces. From a comparative perspective, and based on literature review, we will seek to (re)track the paths taken by the sea boards and asphalt boards in this process of transformation of both from “non-working time activities”, target of stigmas and marginalization, until the conversion into Olympic sports, aiming not to lose their own identity that characterize them.

Keywords: Surf; Skateboarding; Youth; Occupying shared spaces; Stigmas

Introdução

Tecer considerações a respeito de práticas esportivas é, inevitavelmente, remontar um intervalo temporal bastante significativo da história mundial: a passagem do século XVIII para o XIX. Denominado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm (2015) como “A Era das Revoluções”, este período histórico foi marcado, essencialmente, por uma série de mudanças significativas no que tange à vida social compartilhada dos indivíduos. Revoluções nos campos social, econômico, político e científico trouxeram à tona novas formas de pensar os meios sociais, suas estruturas e configurações, bem como transformou a forma dos sujeitos se relacionarem, consigo, com os outros, e, sobretudo, com as estruturas sociais.

Este cenário de efervescentes transformações também se viu refletido nas reconfigurações conceituais, sobretudo no que tange às noções de trabalho e tempo livre, impactando, sobretudo, no conceito tomado como temática central deste dossiê, o esporte. Ressignificando a proposta Grega Antiga de que o trabalho seria uma punição, e o tempo livre uma espécie de privilégio a ser desfrutado por poucos, a Revolução Puritana, e posteriormente a Revolução Industrial, trouxeram uma mentalidade produtivista, capitalista e consumista, em que este passou a ser visto como um desperdício, como algo que necessita ser ocupado em razão de lucro.

É entendendo esta necessidade de “preenchimento” do tempo livre que nasce o esporte, atividade livre, espontânea, regulamentada, institucionalizada e estruturada segundo um universo próprio de sentidos. Nativo desta mentalidade pós-Revolução Industrial inglesa, este produto cultural foi amplamente difundido e popularizado nas mais variadas localidades do mundo, sendo entendido enquanto um visto como “(...) um conjunto de técnicas, saberes e discursos que, desde pelo menos o final do século XIX, vem ora apagando, ora organizando, controlando e normatizando uma variedade imensa de práticas corporais” (BRANDÃO, 2012, p.14).

Para além de objetivar construir percepções a respeito da construção e consolidação do campo esportivo em sua totalidade, neste artigo elegemos duas

modalidades que vêm ganhando espaço no interior do campo esportivo, sobretudo se olharmos para o cenário nacional: o surfe e o skate. Genericamente denominadas como “esportes californianos”, devido à sua territorialidade natal em comum no Estado da Califórnia nos Estados Unidos, as pranchas do mar e do asfalto fazem parte de um tipo particular de práticas esportivas, originalmente relacionadas ao tempo livre que envolviam diversão: os esportes “radicais”, “de risco” ou “de aventura” (DIAS, 2008) (SPINK & SPINK, 2009), que trazem à cena aquilo que Roger Caillois (1990) intitulou *Ilinx*. Nesta perspectiva, para além do viés negativo carregado pelo conceito de risco, trata-se de uma nova forma experimentação dos sentidos e situações que se constroem, munindo-se de um

[...]forte valor simbólico, que mobiliza o imaginário, mitos e símbolos que animam a cultura daquela atividade. [...] não se apresenta somente como uma prática física, mas se manifesta como um exercício da vontade do sujeito que a vivencia, de sua imaginação, da razão e do sacrifício para chegar ao objetivo primordial: o êxtase. O êxtase de seu próprio reencontro. (COSTA, 2009, p.56)

A escolha das pranchas do mar e do asfalto como objeto de análise deste artigo vai muito além do “S” compartilhado pelas iniciais das denominações das duas práticas. É por esta razão que este artigo busca (re)trilhar essas trajetórias históricas das pranchas do mar e do asfalto, que inevitavelmente se entrecruzam, centrada no processo de apropriação e desenvolvimento de ambas as modalidades no Brasil. Para muito além de uma gênese californiana, nativa da década de 1960, percorrer os caminhos históricos do surfe e do skate significa desvendar os elementos que estão ali postos, prontos para serem vistos e analisados, mas também olhar para os elementos interdiscursivos, o plano de fundo que forjou a configuração das práticas. Longe da glória alcançada pela projeção midiática dos esportes no decorrer dos séculos, e das glórias olímpicas obtidas na estreia das modalidades, o caminho de construção e consolidação de ambas como práticas esportivas nos demanda acionar alguns importantes conceitos, tais como juventude, identidade e o uso dos espaços, naturais e urbanos, que atribuíram estigmas às práticas e seus praticantes.

As ondas invadiram o asfalto: os primeiros “drops” das pranchas

Assumir um produto cultural como objeto analítico de qualquer pesquisa é estar diante de um reflexo histórico, cultural, social e político das coletividades que lhes deram origem e, sobretudo, foram as responsáveis por sua difusão. Surfe e skate são, sobretudo, fruto de seu tempo: tratam-se de duas modalidades nascidas entre 1950 e 1960 como atividades de resistência a uma ordem social estabelecida, nativas de solo californiano e apropriadas, posteriormente, enquanto produto cultural consumível estadunidense, sobretudo no que tange à incorporação das temáticas em bens de consumo, que fez com que as pranchas chegassem a outras localidades do mundo.

Antes de ganharem rodinhas e saírem por aí ganhando as ruas e os equipamentos urbanos, as pranchas ocupavam um outro ambiente bastante conhecido em cidades litorâneas, as praias. A prática do surfe, tal como a concebemos hoje, está fundada em solo californiano na década de 1950, mas carrega consigo inúmeras singularidades que são anteriores à esta demarcação. Com territorialidade e temporalidade incerta, as pranchas do mar têm sua origem disputada por povos polinésios e peruanos que atribuíam ao pedaço aplainado de madeira um sentido bastante singular: eram suporte de práticas ritualizadas e sacralizadas, frequentemente associadas ao oferecimento de oferendas aos deuses pagãos e ao descarrego de energias negativas (LORCH, 1980).

A difusão da prática do surfe aconteceu de forma gradual. Sua descoberta por outros povos só aconteceu anos mais tarde, quando o navegador inglês James Cook aportou sua expedição, em meados de 1777, na baía de Kealakekua, que corresponde atualmente ao Havaí (EUA). A prática, realizada por nativos, ainda carregava forte simbologia ritualística, em que ato de surfar sobre pranchas estava ligado às tradições de ano novo, ato dedicado ao deus Lono, responsável pela regularidade do sol e das chuvas, além de representar fertilidade e abundância. A ritualística envolvia uma espécie de competição entre os indivíduos, que deveriam chegar o mais rápido possível à faixa de areia (LORCH, 1980) (FORTES, 2011).

Sob a justificativa de uma manutenção da ordem social e de uma afronta aos bons costumes da nova civilização em processo de formação, a prática do surfe se

viu sufocada pelo processo de dominação cultural estabelecido pelos então colonizadores da região. Sufocada, mas não dissolvida, a prática passou a integrar os processos de resistências das populações nativas, que, longe dos olhares dos colonizadores, desenterravam suas pranchas nas areias das praias e se embrenhavam nas ondas do mar para seguir realizando suas atividades relacionadas ao sagrado.

No início do século XX, a prática venceu as barreiras e entraves estabelecidos por um processo de dominação cultural e começou a ganhar holofotes voltados para si, principalmente a partir da figura emblemática do atleta havaiano Duke Kahanamoku. Considerado o “pai do surfe moderno”, Kahanamoku chamou a atenção para a atividade desempenhada no mar após ser campeão olímpico de natação nos Jogos de 1912, em Estocolmo (Suécia). Na ocasião, o atleta destacou a importância da prática em seu cotidiano para a obtenção do desempenho na competição, o que fez com que os holofotes midiáticos se voltassem para a modalidade que ainda estava em processo de configuração (FORTES, 2011).

Somente anos mais tarde, em meados da década de 1950, que o surfe assume as formas pelas quais o conhecemos hoje. Com sua gênese demarcada em solo californiano, e assistindo a um processo de popularização da prática para além daquela localidade, o surfe foi apropriado como produto cultural estadunidense, sendo temática recorrente principalmente dentre as produções cinematográficas norte-americanas, que funcionavam como ferramentas de reforço da força coercitiva estadunidense sobre os demais países, em um período marcado por uma disputa ideológica, a Guerra Fria (HOBBSAWM, 2015).

É a partir destes mecanismos de difusão cultural, e, sobretudo, do trânsito contínuo de membros da parcela abastada da população brasileira àquela localidade que o surfe adentra o solo brasileiro, ainda na mesma década em que tem origem. Apesar da crescente popularidade, o que se viu foi ainda o reflexo de uma atividade de lazer que prezava pela diferenciação social e o reforço de estruturas hierárquicas. Devido a diversos fatores, como o acesso às pranchas utilizadas para a prática, a obtenção de materiais a ela relacionados ou até mesmo a dificuldade e o alto custo para chegar até as praias, o surfe se configurou como

um “esporte da elite”, principalmente no eixo central de seu desenvolvimento em solo nacional, situado entre Rio de Janeiro e o litoral paulista.

Não muito diferente do contexto de efervescência revolucionária¹ internacional nos mais variados setores da vida em coletividade, o Brasil vivia um contexto bastante peculiar de sua história quando as pranchas do mar e do asfalto chegaram por aqui. Àquela época, a Ditadura Militar, regime totalitário vigente entre as décadas de 1960-1980, assistia aos “Anos de Chumbo”, sendo marcado por repressões, torturas, mortes e cerceamentos de liberdades individuais em defesa de uma concepção de moral e bons costumes, utilizada por muitas vezes como ferramenta para classificar o “socialmente aceito”.

É neste contexto marcadamente autoritário que se viu emergir uma série de tribos urbanas, motivadas pela busca de espaço e reconhecimento de suas particularidades em meio a uma coletividade mais ampla. Trata-se de um momento de efervescência de identidades, marcando a ascendência do individual em detrimento de um coletivo, homogêneo. Os jovens perceberam que a constituição de grupos era uma maneira um tanto eficaz de se fazer presente em um cenário marcado por repressões e cerceamento de liberdades, tal como se apresentava o cenário brasileiro. É neste cenário que começamos a pensar em uma sociedade enquanto um complexo emaranhado de identidades individuais que, sendo atrativas a um determinado público, podem se ajuntar a fim de formar uma nova “tribo”, dado que a identidade, enquanto construção discursiva, se apresenta enquanto “(...) uma construção simbólica que se faz em função de um referente. Os referentes podem evidentemente variar em natureza, eles são múltiplos – uma cultura, a nação, uma etnia, a cor ou gênero.” (ORTIZ, 2005, p.79).

Neste cenário, atividades cotidianas relacionadas ao tempo de “não-trabalho” foram vistas com olhares atravessados por uma determinada parcela da população, fazendo com que, aos poucos, o surfe adentrasse o universo de práticas

¹ Em um caráter de resistência a uma ordem social instituída, a década de 1960 viu emergir importantes movimentos contestatórios que marcaram uma geração. No âmbito da vida social, questões como divórcio, liberdade sexual e diversas outras expressões contraculturais emergiram no cenário internacional e foram bastante significativos no processo de mudança da mentalidade vigente à época. A concepção de que os sujeitos que compunham as coletividades não eram passivos, mas significantes e agentes no processo de construção e manutenção social foi de fundamental importância para as mudanças que viriam.

subculturais, conforme veremos no decorrer deste artigo. Em face do “moralmente aceito” e de uma visão produtivista de tempo, os “surfistas de alma” (FORTES, 2011) passaram a ser alvo de olhares atravessados de uma parcela conservadora da população, que via com maus olhos esta prática, que propunha uma nova forma de desfrute deste tempo ocioso, em uma espécie de *fulgere urbem*, estabelecendo um (re)conhecimento de si e uma tomada de consciência desses sujeitos com relação ao espaço, aos demais e às estruturas sociais.

Percorrer os caminhos trilhados pelas pranchas do asfalto também perpassam por este contexto bastante singular aqui apresentado. Diante de uma intempérie climática que atingiu a Califórnia na década de 1960, as pranchas do mar invadiram o asfalto, fazendo com que a prática ficasse primeiramente conhecida como *sidewalk surfing*, ou surfe de asfalto (BRANDÃO, 2007; HONORATO, 2012). Encurtadas e postas sobre eixos e rodinhas, as pranchas aplainadas encontraram nas piscinas vazias de bordas arredondadas o primeiro palco de sua existência, sendo posteriormente incorporadas ao ambiente urbano a partir do uso de calçadas, corrimãos, escadarias e demais equipamentos urbanos como suporte para o desenvolvimento de manobras oriundas do mar.

É ainda na década de 1960 que esta prática, fortemente associada à atividade desempenhada sobre as ondas, adentra em solo brasileiro, resultado de uma forte influência norte-americana que já se fazia perceptível desde meados dos anos 1940. O skate, enquanto fruto de seu tempo, trazia em suas “veias” a necessidade por mudanças, que se tornou uma marca significativa na construção da identidade deste grupo social. Seja no modo de pensar, de se comportar, ou simplesmente de se relacionar, com os “outros”, consigo mesmo ou com o espaço, o skate traz à tona aspectos que iam de encontro com a mentalidade conservadora e ditatorial instituída em solo brasileiro.

Apesar de ter suas raízes no Rio de Janeiro, tal como um desdobramento do surfe, é em São Paulo que o skate ganha espaço e notoriedade (BRANDÃO, 2007). Isso se deve principalmente a influências culturais que já despontavam em solos paulistanos na década de 1980: o surgimento do skate street e as influências do movimento punk, que garantiram a consolidação de um skate cada vez mais distante do passado relacionado às pranchas do mar. Mas, assim como aconteceu

com o surfe, alvo dos olhares atravessados das elites que ocupam as faixas litorâneas, o skate, e conseqüentemente seus praticantes, também foram alvo de estigmas de cunho negativo, fruto principalmente dos “usos imprevistos” (JACOBS, 2014) destes espaços partilhados.

Utilizando-se dos veículos midiáticos como força propulsora para a construção de uma identidade própria, o skate foi aos poucos se descolando de seu passado relacionado às pranchas do mar, sobretudo em meados da década de 1970. Incorporado pelas lógicas mercadológicas, que vislumbravam o aumento do número de praticantes como um potencial público consumidor de bens de consumo e estilo de vida relacionados à atividade, o skate foi aos poucos se consolidando no imaginário social brasileiro, até, mais tarde, se tornar uma prática esportiva, tal como também ocorreu com o surfe.

Entre agentes e marginalizações: a ascensão da juventude na construção das práticas sobre pranchas

Antes de voltar a atenção para o processo de tomada dos espaços públicos partilhados, fruto de estigmas e marginalizações, é preciso voltar o olhar para os sujeitos dessa ação, a juventude. Durante muito tempo, esta categoria social esteve invisibilizada enquanto uma etapa da vida de um indivíduo: às crianças era atribuído o direito ao desfrute por meio de práticas de lazer e divertimento, sempre pautadas pela inocência; aos adultos, sobretudo homens, cabia a responsabilidade pelo provimento familiar e, por fim, aos mais idosos era devida a responsabilidade de transmissão de valores, conhecimentos e tradições, ficando a juventude apagada (MORIN, 1997).

É somente ao final do século XIX, em transição para o novo século, que vimos emergir o conceito de juventude, fortemente influenciado pelas mudanças sociais em curso. Ainda enquanto um conceito em construção, o “juvelinismo” (MORIN, 1997) (MAFFESOLI, 2001) é fruto de um processo de degerontalização e de (re)construções no conceito de patriarcalismo, em que o “ser jovem” significaria estar em um constante processo de busca de si e de uma devida inserção social, com identidades não constituídas e valores e papéis sociais não estabelecidos. A ascensão dos jovens como protagonistas de suas próprias histórias e agentes

transformadores dos meios sociais veio somente no século XX, que trouxe à tona o protagonismo assumido por esta parcela social no processo de transformações estabelecidas à época. A partir desta perspectiva,

(...) o jovem (...) na condição de sujeito social, constrói o seu determinado (e próprio) modo de ser (e de estar) no mundo, pertencendo a determinadas condições sociais, (...) aos aspectos socioeconômicos, culturais (...), de gênero, a regiões geográficas, fatores tais que o(a) particulariza. (COUTO et al, 2019, p.39)

Para além de uma visão macro generalista, em que as sociedades são vistas como coletivos homogêneos, o que assistimos foi uma particularização do olhar, tomando agora os sujeitos como agentes e significantes, capazes de (re)construir significados que até pouco tempo antes, eram vistos como consolidados, emergindo inúmeras possibilidades de se pensar, e manifestar, a cultura. Em detrimento de uma cultura, única, homogênea e predominante, emergem-se culturas, advindas das especificidades de cada grupo de sujeitos, o que gerou desconforto em membros mais abastados da sociedade da época, que viam a necessidade da perpetuação de valores tradicionais e da manutenção da moral e dos bons costumes.

É em face a um processo de estigmatização e marginalizações que surge o conceito de subculturas, usadas essencialmente para denominar as práticas desempenhadas pela juventude, que em meados do século XX, via como fundamental a contestação dos valores e crenças como uma força motriz de transformação social. Em vias de afastarem-se da “cultura” que lhes deu origem, marcadamente autoritária, patriarcal e tradicional, e buscando visibilidade e reconhecimento neste meio social partilhado, a parcela juvenil, composta de sujeitos ativos e significantes, apropriam-se de valores considerados contraculturais aos olhos de uma sociedade mais abastada, sobretudo no caso brasileiro, fazendo com que os sujeitos, e, sobretudo, as atividades por eles desempenhadas, ficasse refém de estigmas construídos discursivamente para afirmar o “socialmente desejável” aos olhos de uma determinada parcela da população.

Foi assim que, associando-se a múltiplos grupos e assumindo posturas mais

rígidas com relação ao questionamento de princípios antes sedimentados na formação de seu caráter, os jovens assumiram protagonismo. Para Murdock (1997, p. 9, apud CLARKE et al, 2003, p. 29), as subculturas, situações em que os grupos mais variados compostos pela parcela jovem da população se inseriram, “(...) oferecem uma solução coletiva para os problemas colocados por contradições compartilhadas (...) e proporcionam um contexto simbólico para o desenvolvimento e reforço de identidade coletiva e autoestima individual.”, fazendo com que emergissem um sem número de tribos urbanas (MAGNANI, 1993) que iam de encontro ao contexto autoritário vigente, sobretudo no Brasil, o que fez com que fossem lançados olhares atravessados às práticas instituídas por uma parcela jovem.

É inegável admitir que o discurso construído sobre as duas práticas era demasiadamente atrativo à juventude, sendo cartão de visita para a introdução e popularização do surfe e do skate dentre a parcela juvenil: 1) A “ocupação imprevista” (JACOBS, 2014) dos espaços servia de forte argumento contestatório a ser apropriado pelos jovens, que buscavam construir suas identidades associando-se à elementos culturalmente “desviantes”; 2) A instituição da radicalidade por meio do risco calculável e previsível, passível de despertar prazeres antes inatingíveis nos corpos era um convite bastante atrativo à experimentação da prática, fazendo com que os jovens adentrassem nesses universos e, por fim; 3) Tratam-se de duas atividades que privilegiam a plástica dos movimentos, tornando-os visualmente atrativos de serem contemplados e que despertam a curiosidade por sua realização, mas, sobretudo, as práticas sobre pranchas trazem à cena uma ressignificação do uso dos corpos, descobrindo-os como “elementos de comunicação” (BRANDÃO, 2012) capazes de desbravarem esses espaços partilhados, dando-lhes uma nova utilidade. Mais do que um suporte, o corpo passa a ser vetor comunicativo de linguagem ímpar que atua tanto expondo aspectos subjetivos dos sujeitos quanto refletindo as sedimentações transmitidas a ele, como “(...) efeito de uma elaboração social e cultural.” (LE BRETON, 2007, p.26).

A introdução de uma nova forma de se relacionar consigo, com os outros e com os espaços partilhados foi fortemente atrativa a uma juventude que ansiava

por transformações, mas tornou-se alvo de estigmas e marginalizações, em que tanto surfe quanto skate passaram a ser práticas “desviantes”. Mas, antes de prosseguir estas discussões, é preciso voltar o olhar para a definição deste importante conceito. Marcadamente discursivo, fruto da articulação da língua transformada em linguagem, o conceito resulta de valores e significados cristalizados no inconsciente de coletividades, restritas ou abrangentes, que decidem por demarcar diferenças, dando base para uma mentalidade coletiva (ELIAS E SCOTSON, 2000) (GOFFMAN, 2004) (BECKER, 2008). Ainda segundo Howard Becker (2008), o desvio está associado à

(...) construção de reafirmação de significados morais na vida social cotidiana (...) descrito como pouco mais que o resultado de uma tomada de decisão arbitrária, fortuita ou tendenciosa, a ser compreendido como um processo sociopsicológico pelo qual grupos procuram criar condições para perpetuar valores estabelecidos e modos de comportamento, ou aumentar o poder de grupos especiais. (BECKER, 2008, p. 18-195)

Compreendê-lo é estar diante de um universo de sentidos comunicacional e, sobretudo, discursivo. Ao valorar determinados sujeitos como “bons” ou “maus”, fazemos escolhas linguísticas através de percepções que não advêm de um consenso geral, mas que se situam como resultado de um conjunto de “valores” partilhados por aqueles sujeitos responsáveis por emitir discursos em posições privilegiadas (ELIAS E SCOTSON, 2000) (GOFFMAN, 2004) (BECKER, 2008). Ainda segundo Becker (2008), o desvio está associado à “(...) construção de reafirmação de significados morais na vida social cotidiana” (BECKER, 2008, p.185), sendo estas regras sociais construídas a partir de um dado contexto partilhado. Assim, o desvio, para Becker (2008), é resultado de um processo de reforço de uma ideologia hierárquica, sendo

(...) descrito como pouco mais que o resultado de uma tomada de decisão arbitrária, fortuita ou tendenciosa, a ser compreendido como um processo sociopsicológico pelo qual grupos procuram criar condições para perpetuar valores estabelecidos e modos de comportamento, ou aumentar o poder de grupos especiais. (BECKER, 2008, p.195)

No caso das modalidades aqui estudadas, postas sob um contexto marcado

pelo autoritarismo e pelo conservadorismo vigentes no território brasileiro, as práticas de surfe e skate seriam inevitavelmente consideradas subversivas, desviantes ou marginalizadas. Assim, o que vale é dizer que, muito mais do que negar tal subversão, seus praticantes incorporaram tais estigmas como parte de suas identidades, sendo estes objetos de orgulho que se perpetuam até hoje em ambas as práticas: os cabelos, as vestimentas e o próprio modo de agir e se relacionar revelam características desta dita “subversão” que foi conservada por surfistas e skatistas. Para além disso, o fato de apropriarem-se de espaços partilhados de uma maneira distinta à que foi planejada também contribuiu fortemente para que estas tribos urbanas estivessem classificadas como subculturas desviantes, marginalizadas, questão a ser desdobrada durante a trajetória deste artigo.

Ocupar é resistir: apropriações dos espaços naturais e urbanos pelas pranchas e os estigmas atribuídos

Espaço de encontro entre a infinidade do mar e a terra, a praia foi ambiente escolhido como palco para uma série de narrativas e atividades cotidianas dos indivíduos. Seja nas narrativas bíblicas, em que o mar era munido de uma força irremediável e punitiva das ações desviantes dos indivíduos, como palco das narrativas mitológicas de seres fantásticos ou até mesmo como ambiente a ser desbravado para a conquista de novas terras, como no caso das Grandes Navegações, as narrativas construídas sobre o mar sempre carregaram estigmas. Para Joseph Campbell (2007, p.64), a constituição destas narrativas se faz importante pois “há nessas aventuras uma atmosfera de irresistível fascínio em torno da figura que aparece subitamente como guia, marcando um novo período, um novo estágio, da biografia.” Os oceanos, portanto, foram tomados como ambientes hostis, imprevisíveis, de certa forma, finitos e tomados por criaturas fantasiosamente horrendas que ameaçam o espírito desbravador (DE FREITAS, 2007).

Aos poucos, o que era temor e resistência se transformou em oásis em meio à vida caótica instalada nos centros urbanos. Para além do temor, as praias foram incorporadas à cena cotidiana das cidades, funcionando como uma espécie de

refúgio para qual os indivíduos, engolidos pelas atribuições e atribulações da vida moderna de trabalho, corriam para abrigarem-se. Além de um ambiente de refúgio, contemplação e descarrego de ansiedades, o espaço da praia passou a também ser palco para o desempenho de atividades inseridas em um período de tempo livre das populações urbanas, dando um novo uso, ainda imprevisto, a esses espaços litorâneos (CORBIN, 1989).

É somente no século XIX que as praias passam a ser entendidas como espaço de sociabilidades, primeiramente ainda associadas à experiência do “prazer à distância” (MACHADO, 2000, p.212). Habitar o espaço das praias era estar imerso em um jogo de construções discursivas que demarcava hierarquias: o acesso, e os “usos previstos” estavam restritos a uma pequena parcela da população, que habitavam os arredores destes espaços, estando seu acesso restrito a uma outra coletividade, mais ampla, que por razões de urbanização, se encontravam nas periferias destes centros urbanos. Neste contexto, o simples ato de “praia” (BARICKMAN, 2016), ou desfrutar do tempo de não-trabalho, dependia de uma série de construções sociais associadas ao seu uso, sendo sua ocupação lida como “(...) uma área de tensões potenciais. A indeterminação desses espaços, a multiplicidade dos direitos de uso e (...) os privilégios outorgados e as insidiosas tentativas de monopólio tornaram esses lugares altamente conflitivos.” (CORBIN, 1989, p.215).

A virada para o século XX trouxe não só a introdução da prática do surfe em solo brasileiro como também viu ascender novas formas de ocupação do espaço da praia. As revoluções sociais ocorridas no decorrer das décadas trouxeram à cena uma nova mentalidade de expressão de si e, principalmente, do “comunicar-se” através dos corpos. Diante de um contexto marcadamente caracterizado pela repressão e censura, vimos emergir no Brasil um interesse governamental e político de regulamentação envolvendo a vestimenta e o “usos socialmente aceitos” dos espaços partilhados litorâneos, em uma ressignificação do conceito de usos previstos, de Jane Jacobs (2014).

Vigente desde a Abolição da Escravatura (1888), momento em que os negros recém-libertos utilizavam a praia como ambiente de passagem para o desempenho das suas atividades cotidianas, a “política de moralidade” também foi

prática recorrente durante todo o século seguinte, se expandido para as demais práticas ocorridas no espaço da praia que fugiam à norma social estabelecida, marcadamente tradicional e conservadora que demarcavam o que devia ou não ser feito naqueles espaços, em uma forte dicotomia entre o “eu”, elitista, e o “eles”, marginalizados e desviantes, reforçando os estigmas atribuídos sobre as práticas e, conseqüentemente, sobre seus praticantes (BARICKMAN, 2016).

O fato é que com a popularização do surfe no ambiente praiano brasileiro, seria impossível que esta separação hierárquica entre o “eu” e o “eles” não se fizesse refletida nas pranchas do asfalto e em seus praticantes. Seja pelo “uso imprevisto” dos espaços litorâneos, em que as pranchas eram consideradas armas potenciais para aqueles que apenas desejavam “praia”, por pregar um espírito de comunidade, muito distante daquele estabelecido pelo ritmo de vida capitalista, pela presença massiva dos “surfistas de alma”, que colocavam em prática os valores desta tribo urbana composta essencialmente por jovens ou pelo uso de drogas ilícitas, o surfe passou a ser alvo de estigmas e marginalizações, sendo alvo das forças repressivas do Estado até alcançar a esportivização.

Quando olhamos para o processo de ocupação dos espaços urbanos como ferramenta de expressão de inúmeras tribos nascidas com as revoluções sociais, políticas e econômicas durante o decorrer dos séculos, o cenário de estigmatização se mantém. Aqui, o que entendemos por cidade vai muito além das estruturas eficazes de gestão política, econômica, organizacional e social com demarcações funcionais para os espaços: morar, comprar, se relacionar, organizar a gestão municipal (WEBER, 1967). Trata-se, sobretudo, de um espaço construído *por* e *para* indivíduos que, para além de partilharem a territorialidade, a temporalidade e as sedimentações que os deram origem como coletividade, também são plurais, heterogêneas e passíveis de desempenhar múltiplas funções a depender de suas intencionalidades, em um espaço de partilha e sociabilidades, em um processo de constante (re)construção de uma “cidade plástica” em detrimento da rigidez prevista no planejamento arquitetônico urbano.

É neste espaço heterogêneo, dinâmico e de sociabilidades que emerge a tribo urbana que aqui elegemos como objeto deste artigo. Em uma aparente (re)significação dos espaços, planejados para cumprirem determinadas

finalidades, os skatistas passaram a apropriarem-se de equipamentos urbanos variados, tais como corrimãos, escadas ou bancos para desempenharem suas manobras, essencialmente plásticas. O fato é que, mesmo partilhando a mesma territorialidade e temporalidade, os sujeitos apropriam-se destes espaços partilhados de múltiplas maneiras, com base em nas mediações e sedimentações que possuem (MARTIN-BARBERO, 1997) (BERGER & LUCKMANN, 2014), oferecendo dinamicidade e potencial de transformação destes espaços em lugares, marcados essencialmente por um “[...] teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.” (SANTOS, 1996, p. 258).

Ao proporem uma (re)significação dos equipamentos dispostos nos espaços urbanos, os praticantes das pranchas do asfalto iam, inevitavelmente, ser alvo dos olhares atravessados de uma parcela abastada da população. Assim como o surfe, os “carrinhos” também se viram alvo de ações repressivas por parte do Estado, que via nestes usos imprevistos uma ameaça à ordem urbana, construindo discursivamente os espaços por eles ocupados como “zonas opacas” (SANTOS, 2006), perigosas de serem transitadas pelos habitantes das cidades. Regiões das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, conhecidas por ser o “coração” da cidade de São Paulo, palco do desenvolvimento desta prática, foram vítimas desta apropriação indevida, gerando mal-estar dentre os membros mais abastados da sociedade ali presente. Não à toa, as décadas de 1970-80 viram entrar em vigor o Decreto-Lei 25.871, instituído durante o governo municipal de Jânio Quadros, que coibia o trânsito dos carrinhos pelas ruas da capital, sendo descriminalizado apenas após a eleição de Luíza Erundina, em 1988, que se apropriou do discurso de descriminalização da atividade como proposta de sua campanha (BRANDÃO, 2014) (OLIC, 2014)

Como pudemos ver, os estigmas, essencialmente negativos, lançados sobre as práticas sobre pranchas são um interessante ponto de inflexão nas trajetórias históricas de ambas as modalidades. Assumindo para si como parte de suas identidades, essas tribos urbanas foram ganhando cada vez mais espaço e visibilidade, sobretudo em solo nacional, que viu emergir importantes expoentes no processo de transformação das pranchas do mar e do asfalto de atividades

despretensiosas no tempo livre em modalidades esportivas e, muito posteriormente, em modalidades olímpicas disputadas pela primeira vez em Tóquio em 2021, edição adiada devido a pandemia de coronavírus.

Entre a esportivização e a introdução no rol de disputas olímpicas: resistências e brechas

Durante muito tempo caracterizadas como desviantes e marginalizadas, as pranchas do mar e do asfalto encontraram nos aparatos midiáticos a força motriz necessária para a popularização das práticas nos mais variados setores da vida social brasileira, sendo temática recorrente em filmes, notícias e produções midiáticas especializadas. Vendo nas práticas um potencial comercial, haja visto o crescimento exponencial que as pranchas do mar e do asfalto tiveram desde sua introdução na década de 1960, a cultura destas tribos urbanas, antes marginalizadas e subversivas, foram apropriadas enquanto produtos culturais consumíveis.

No caso das pranchas do mar, o processo de midiáticação foi um importante marco temporal histórico para a trajetória da modalidade, até então vista como um produto relacionado ao tempo de não-trabalho de uma juventude que resignificara a relação de uso do ócio. É claro que partilhar seu berço com a gênese do cinema fez com que o surfe fosse apropriado enquanto temática recorrente durante a década de 1950-60, sendo “vendido” como um estilo de vida atrativo a uma coletividade para além das fronteiras estadunidenses, somado à plasticidade dos movimentos desempenhados em cima das pranchas, com forte apelo estético midiático. Com o crescimento do interesse de um público praticante, o surgimento de empresas especializadas em bens de consumo relacionados à atividade e, sobretudo, a necessidade de constituir o surfe como uma prática regulamentada, as pranchas do mar acabaram por se esportivizar (BOURDIEU, 1983). Desta forma,

(...) o conteúdo libertário, transgressor e transcendental fornecido pela experiência de contato com o mar, que denotava uma vivência quase espiritual, seria substituído por uma mentalidade mais convencional, (...) mais condizente com a competição e a busca de lucros e resultados. (DIAS, 2008, p.133)

O processo de regulamentação e institucionalização das práticas, foi essencial para a compreensão do surfe e do skate modalidades esportivas. No caso do skate, o processo de popularização das práticas demandou até mesmo o surgimento de locais “permitidos” para o deslizar das rodinhas, sendo, em grande parte, fruto do financiamento das empresas especializadas em produtos destinados à esta tribo urbana. Além disso, também parte destas empresas o patrocínio para o surgimento dos primeiros campeonatos de surfe e skate no país, já em meados da década de 1970, trazendo à cena a possibilidade de “viver” das pranchas do mar e do asfalto devido ao retorno financeiro destas competições e o investimento das marcas na construção de carreiras profissionais. Aos poucos, as pautas relacionadas às pranchas do mar e do asfalto foram deixando a editoria de polícia, sendo cada vez mais recorrente no espaço dedicado aos esportes, abordando a ocorrência e/ou o resultado das competições, “traduzindo” as especificidades das duas modalidades ou servindo de “vitrine” para o adentrar de um potencial público leigo no universo das pranchas.

Mas é no surgimento de revistas especializadas que talvez tenhamos a maior prova da importância da esportivização para a prática do surfe e do skate: surgidas entre as décadas de 1970-80, estas “mídias de nicho” exerceram um importante papel no processo de popularização do surfe enquanto prática esportiva, sendo produzida por praticantes para um público leigo, “(...) categorizando, explicando, discutindo, rotulando grupos sociais, gostos e preferências, organizando dados disparatados, legitimando-os e apresentando-os como algo distintivo” (FORTES, 2011, p.33-34). A apropriação de surfistas e skatistas como autores destas matérias foi um importante marco no processo de desconstrução dos estigmas e marginalizações que marcaram as trajetórias históricas das modalidades, fazendo destes veículos a “voz” desta parcela da população, já que, neste caso, “(...) o jornalista é alguém que entende e gosta do assunto, assim como o leitor. Ambos fazem parte da subcultura (...) e compartilham seus valores.” (FORTES, 2011, p.34).

Entretanto, é com o surgimento e popularização da televisão, sobretudo em solo brasileiro, que as práticas ganharam um “boom”, principalmente devido à

plasticidade dos corpos e na beleza estéticas dos movimentos desempenhados sobre as pranchas. Com forte apelo midiático, sendo atrativo a uma coletividade até então leiga a respeito das duas atividades, skate e surfe se viram incorporados dentre as temáticas abordadas pelos conteúdos televisivos, sejam nas matérias *sobre* ambas ou, mais tarde, com a transmissão das competições que se consolidavam naquele período.

Ao olharmos a uma maior distância, vemos que o investimento dado às pranchas do mar e do asfalto naquela época fundaram as bases para um universo esportivo e competitivo próspero, tanto a nível internacional quanto nacional. Na contemporaneidade, é impossível acionar mediações a respeito das práticas do surfe e do skate sem, ao menos em algum momento, deixar vir à tona importantes expoentes das duas práticas, deixando claro que o processo de esportivização rendeu importantes frutos para ambas as modalidades.

No surfe, figuras lendárias como o estadunidense Kelly Slater, 11 vezes campeão mundial da modalidade, ou os brasileiros Adriano de Souza, o Mineirinho, e seus contemporâneos Gabriel Medina, Ítalo Ferreira e Felipe Toledo são figuras facilmente acionadas quando reconstruímos o cenário competitivo das pranchas do mar. Juntos, essa “nova geração do surfe” consolidou uma trajetória de sucesso, alçando o Brasil como uma das mais fortes potências internacionais da modalidade. A sequência de vitórias e boas colocações nos campeonatos fez emergir a “Brazilian Storm”, ou Tempestade Brasileira, alcunha que até hoje acompanha os atletas nas competições a nível internacional.

O caso dos “carrinhos” não é diferente, trazendo à cena nomes bastante conhecidos e reconhecidos no cenário internacional. É impossível deixar de fora o pioneirismo de Tony Hawk, skatista estadunidense que, além das incontáveis conquistas, também dá nome à mais lucrativa franquia dos jogos de videogames esportivos. Abrindo caminho para uma série de prodígios brasileiros dos carrinhos, Bob Burnquist e Sandro Dias são nomes facilmente rememorados no processo de reconstrução história do skate como modalidade esportiva.

De lá para cá, o solo fértil viu brotar uma série de “novos prodígios” nas inúmeras modalidades surgidas a partir do skate: Pedro Barros, Seis vezes medalhista de ouro nos X Games, Kelvin Hoefler, medalhista de prata em Tóquio e

bicampeão dos X Games na modalidade skate street e Luiz Francisco, o Luizinho, são alguns dos nomes mais importantes da modalidade. Porém, é impossível deixar de destacar a ascensão do skate feminino nas últimas décadas, principalmente considerando que a modalidade foi marcada por uma origem marginalizada essencialmente masculino cis.

É inegável o protagonismo feminino brasileiro no skate street, principalmente se olharmos o ranking da modalidade até 2019, em que o Brasil figura com três dentre as quatro primeiras melhores skatistas do mundo: Pâmela Rosa, bicampeã mundial da Skate League Skateboarding (SLS) tem como companhia no pódio Rayssa Leal, atleta de 15 anos que dentre as inúmeras conquistas detém da inédita prata olímpica da modalidade, seguida pela japonesa Aori Nishimura. Letícia Bufoni, considerada um dos maiores nomes da história do esporte, completa o quarteto. A ascensão de inúmeros outros nomes, cada vez mais jovens, marca um momento de glória para o skate feminino, diversas vezes reprimido e marginalizado dentro do próprio cenário competitivo.

A esportivização das pranchas do mar e do asfalto trouxe à cena patrocinadores próprios, um cenário competitivo consolidado internacionalmente e, sobretudo, instituições e federações organizativas, que ajudaram a estruturar ambas as modalidades. No surfe, World Surf League (WLS), representante de organizações privadas, e a International Surfing Association (ISA), criada em 1964, são os principais nomes da modalidade, sendo esta última eleita pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para gerir, regulamentar e organizar a disputa olímpica.

Já no caso do skate, o desejo por torná-lo uma modalidade olímpica vinha desde a edição dos Jogos de Atlanta em 1996, o que não foi efetivado pela ausência de uma entidade organizativa descolada de iniciativas privadas; além disso, a inclusão foi alvo de resistência por parte dos skatistas “raiz”, que viam ameaçada a “essência skatista” e o “estilo for fun” conservado por essa tribo urbana (FALCÃO; UVINHA, 2018). Foi assim que se fundiram, então a ISF e a Federação Internacional de Roller Sports (FIRS), criado em 1924, criando, então a World Skate, que ficaria responsável por “(...) dar autonomia para a governança, desenvolvimento e gerenciamento do skate através da comissão olímpica desse esporte” (FRICKE,

2017). A decisão foi inclusive motivo de comemoração por parte do Confederação Brasileira de Skate (CBSK), tida como principal representante nacional na modalidade.

Desta forma, a inclusão do surfe e do skate no rol de modalidades olímpicas, feita em 2014, juntamente ao caratê, softbol/basebol e escalada, deixava claro um jogo maniqueísta interessante. Por um lado, tornarem-se olímpicos representaria o reconhecimento de um árduo processo de esportivização, tendo consequências sentidas por membros das entidades organizativas e, conseqüentemente seus praticantes. Tratar-se-ia do reconhecimento dos atletas, já que “vestir a camisa” de uma nação daria uma responsabilidade diferente ao atleta, dando-lhe a oportunidade de representar uma coletividade mais ampla e dividir com estes as glórias de sua conquista em uma competição de tamanha importância. Por outro lado, “encaixar-se” nos moldes propostos pelo COI seria uma tentativa de cercar as duas modalidades, tornando-as “socialmente aceitas”, retirando-lhes a identidade subversiva que lhes deu origem (FALCÃO, 2020).

Porém, mesmo diante das resistências estabelecidas, tratou-se de uma aposta certa por parte do Comitê Olímpico. Trazendo à cena uma nova forma de competir, baseado não só na melhor apresentação de si, mas de celebrar as conquistas dos demais competidores, como uma forma de celebrar os avanços das modalidades, surfe e skate ganharam os holofotes midiáticos e, conseqüentemente, a atenção e afeição do público espectador. Potência no universo das pranchas, o Brasil teve um excelente retrospecto nas estreias das modalidades em Tóquio, escrevendo o nome do país nos primeiros pódios das disputas olímpicas: Pedro Barros, do skate park, Rayssa Leal e Kelvin Hoefler, do skate street, trouxeram para casa a prata olímpica. Já no surfe, Ítalo Ferreira conquistou o lugar mais alto do pódio, trazendo a primeira medalha de ouro do quadro olímpico para o Brasil. Muito mais do que isso, as quatro medalhas conquistadas foram bastante significativas para a conquista do 12º lugar no quadro geral da edição de 2021.

Muito mais do que simplesmente uma aposta bem-sucedida do COI, skate e surfe também ocuparam lugar de destaque no tratamento midiático da TV Globo, emissora oficial de transmissão dos Jogos Olímpicos de Tóquio, ocorridos em 2021. Diante do currículo dos atletas brasileiros postulantes a representantes do país

naquela edição do megaevento, que tinham na bagagem inúmeras conquistas em competições internacionais, a emissora optou por não só os apresentar a um público leigo, mas também fazer a transmissão das competições, trazendo à cena skatistas e surfistas profissionais para “traduzir” a modalidade então desconhecida do público espectador. Já garantidas na edição de 2024, em Paris, as modalidades parecem terem vindo para ficar, deixando a marca da radicalidade na história deste tão importante e simbólico megaevento.

Considerações finais

Para muito além de partilharem um pedaço de madeira aplainado, de carregarem a mesma letra inicial, ou de serem difundidas a partir do solo californiano, sendo transformadas em produtos culturais consumíveis, as pranchas do mar e do asfalto têm, sem dúvida, uma trajetória histórica entrelaçada, acionando uma série de discussões fundamentais e indispensáveis quando optamos por percorrer estes caminhos tortuosos. Inaugurando uma nova forma de pensar a relação do (re)conhecimento de si, da relação construída com o outro e, sobretudo, com uma forte ligação entre as práticas, seus praticantes e os espaços por elas ocupados, as pranchas do mar e do asfalto foram, essencialmente, frutos de seu tempo.

Se, de um lado, o século XX marcou a ascensão de inúmeras revoluções nos campos científico, social, econômico e político, trazendo à cena o protagonismo dos sujeitos enquanto ativos e significantes nos seus meios sociais, de outro, também viu emergir movimentos autoritários e ditatoriais que marcaram a história de muitos países ao redor do mundo, que coíbiam quaisquer manifestações que se desviassem às normas de moral e bons costumes vigentes. Entre brechas e resistências, surfe e skate (co)existiam em um contexto marcado pelos “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar brasileira, que via com maus olhos esse “uso imprevisto” do tempo de não-trabalho.

Diante deste contexto, o estabelecimento de estigmas era inevitável. Assim, construções discursivas relacionadas ao desvio, à marginalização e à subversividade foram frequentemente atribuídas a membros destas duas tribos urbanas, cujas práticas ainda se configuravam como “de tempo livre e lazer”. Longe

de serem vistas com receio ou revolta por parte dos grupos de surfistas ou skatistas, estes estigmas passaram a incorporarem-se na identidade coletiva dos grupos, sendo defendido com orgulho por aqueles que descobriram na prática uma maneira atrativa e saudável de “aproveitar o dia” com outros indivíduos que detinham de gostos em comum.

O fato é que, na contramão da repressão e do autoritarismo do governo, via-se um crescente interesse a respeito das atividades, principalmente devido à suas ligações com elementos da radicalidade, que possibilitavam aos jovens experimentar novas sensações através do risco e da aventura. Com os holofotes mercadológicos e midiáticos voltados para essas novas atividades que ganhavam espaço no cotidiano brasileiro, viu-se surgir veículos especializados e diversas marcas voltadas para o consumo de bens relacionados às atividades que, anos mais tarde, também foram de fundamental importância para a consolidação das pranchas do mar e do asfalto, bem como em seu processo de esportivização.

Os ingredientes estavam ali postos para a ascensão do surfe e do skate enquanto práticas esportivas. O consumo de bens e o tratamento jornalístico da temática, desvincilhando-as dos estigmas postos sobre elas e explicando suas especificidades a este “novo público consumidor” fez com que surfe e skate se institucionalizassem, regulamentassem e estruturassem, sagrando-se enquanto práticas esportivas. Não demorou muito até que viessem os primeiros frutos desta trajetória árdua, emergindo skatistas e surfistas multicampeões e ídolos em ambas as modalidades.

Assumindo seu caráter transgressor e contestatório, mesmo diante de um cenário de mais liberdades individuais e coletivas, surfe e skate foram ganhando os corações de leigos ao redor do mundo até galgarem um espaço no rol de modalidades olímpicas em Tóquio 2020. É claro que, se olharmos com mais cautela, é fato que havia mais interesse, sobretudo mercadológico, do Comitê Olímpico Internacional em fazer das pranchas do mar e do asfalto parte das disputas deste megaevento. Porém, negar que as disputas, e as conquistas advindas, não significaram em nada para o histórico das modalidades seria uma falácia. Para além do “S” que as unem, as práticas de surfe e skate percorreram os mesmos caminhos, seja no que tange à relação com a juventude, aos estigmas, aos

usos dos espaços ou ao processo de esportivização. Estas também souberam, mesmo diante de uma forte pressão mercadológica e midiática, conservar as identidades e particularidades que as fizeram tão significativas no contexto de seus surgimentos.

Referências Bibliográficas

BARICKMAN, B. Medindo maiôs e correndo atrás de homens sem camisa: a polícia e as praias cariocas, 1920-1960. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 1-66, jan/jun, 2016.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Editora Zahar, 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014

BRANDÃO, Leonardo. **Corpos deslizantes, corpos desviantes: a prática do skate e suas representações no espaço urbano** (1972-1989). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

BRANDÃO, Leonardo. O surfe de asfalto: a década de 1970 e os movimentos iniciais da prática do skate no Brasil In: **Skate e skatistas**: questões contemporâneas. [org. Leonardo Brandão e Tony Honorato]. Londrina: UEL, 2012

BRANDÃO, Leonardo. De Jânio Quadros a Luiza Erundina: uma história da proibição e do incentivo ao skate na cidade de São Paulo. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 49, 2014

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo. **Questões de sociologia**, p. 136-153, 1983.

CAILLOIS, Roger. **Os Jogos e os Homens**. trad. José Garcez Palha. Lisboa: Edições Cotovia, 1990

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de mil faces**. Cultrix /Pensamento, 2007

CLARKE, John; HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony; ROBERT, Brian In. HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (ed.). **Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain**. London: Hutchinson, 2003. p. 9-74

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. Companhia das Letras, 1989.

COSTA, Vera de Menezes. O imaginário da aventura In: DIAS, C. A. G., & Alves Jr., E. D. (Eds.). (2009). **Em busca da aventura: Múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza**. Niterói: EdUEF. P. 53-72

COUTO et al. Juventude e o uso do espaço urbano para a prática do lazer. In. BRANDÃO, L. (org). **Esporte, Lazer e Desenvolvimento Regional**. Blumenau: Edifurb, 2019. P. 33-48

DE FREITAS, Joana Gaspar. O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. **Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 7, n. 2, p. 105-115, 2007.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. **Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

ELIAS Norbert; SCOTSON John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2000.

FALCÃO, Tiago Brant de Carvalho. **Jogos Olímpicos e Esportes de Aventura: a inclusão do Surfe na edição Tóquio 2020**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FALCÃO, Tiago Brant de Carvalho; UVINHA, Ricardo Ricci. Skate at Mount Olympus. **Olimpianos – Journal of Olympic Studies**, v.2, n.2, p.435-448, 2018

FORTES, Rafael. **O surfe nas ondas da mídia: esporte, juventude e cultura**.

Apicuri, 2011

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, 2014

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2ª ed.; tradução de Sônia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007

LORCH, Carlos. **Surf: deslizando sobre as ondas**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1980.

MACHADO, Helena Cristina F. A construção social da praia. **Sociedade e Cultura 1. Cadernos do Noroeste**, Série Sociologia. Vol. 13 (1), 2000, p.201 a 218

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Forense-universitária, 1987.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. **Cadernos de História de São Paulo**, v. 2, 1993.

MARTÍN-BARBERO. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no século XX**: o espírito do tempo 1. Forense Universitária, 1997.

OLIC, Maurício Bacic. Das ruas para os Jogos Olímpicos? Dinâmicas em torno da prática do skate. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 15, n. 1, p. 75-96, 2014.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**: ensaios sobre mundialização, 3ª ed., Editora Olho d'Água, São Paulo, 2005

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado de Cultura, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2006

SPINK, Mary Jane; SPINK, Simon Paul P. Aventura esportiva na modernidade tardia. In. DIAS, Cleber Augusto Gonçalves; ALVES JR, Edmundo de Drummond Alves (orgs.). **Em busca da aventura**: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza. Niterói-RJ: EdUFF. 2009. p.21-34

TUBINO, Manoel J. G. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1999

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In. SIMMEL, Georg et al. **O fenômeno urbano**. Tradução de Luciano Vieira Machado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 67- 88.

Recebido: 27/11/2022
Aprovado: 13/12/2023